



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001543-67.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **VILSON PALARO JUNIOR**
Requerido: **SKY BRASIL SERVIÇO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou em 21 de janeiro de 2015 solicitou à ré o cancelamento do serviço de TV por assinatura que ela lhe prestava, havendo a retirada do equipamento respectivo no dia 23 do mesmo mês.

Alegou ainda que, não obstante, a ré lhe enviou faturas por serviço que já não era prestado e que foram quitadas para evitar sua indevida inserção perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à devolução em dobro do montante que pagou à ré, bem como à sua condenação para observar o cancelamento do serviço e suspender o faturamento das cobranças.

As alegações do autor estão amparadas nas provas que ele amealhou aos autos.

O documento de fl. 05 demonstra que o cancelamento do serviço em apreço aconteceu em 21 de janeiro/2015, ao passo que a fatura de fls. 02/03 denota a cobrança de serviço superveniente àquele cancelamento e, portanto, não prestado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já o documento de fl. 31 cristaliza o pagamento implementado pelo autor a esse título.

Por outro lado, a ré em momento algum refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor (inclusive o de que as cobranças que realizou se referiam a período futuro) e tampouco se pronunciou sobre os documentos destacados.

Admitiu, é certo, o cancelamento do serviço sem a existência de débitos a cargo do autor, o que somente implica dar por prejudicado o pleito cominatório formulado pelo mesmo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Restou caracterizada a falta de respaldo às cobranças dirigidas ao autor quando a ré já não mais lhe prestava qualquer serviço que justificasse alguma contraprestação de sua parte, de modo que a devolução do valor correspondente se impõe.

Entretanto, reputo que essa restituição não se poderá dar em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé do réu, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, pelo que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 373,14, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2015 (época do cancelamento dos serviços), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 08 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**